



# ÍNDICE DE LIBERDADE ECONÔMICA 2021

Terry Miller  
Anthony B. Kim  
James Roberts



Tradução: Glayciene Almeida



# INTRODUÇÃO À EDIÇÃO BRASILEIRA

Pelo quarto ano seguido, o **Instituto Monte Castelo** divulga a tradução do Índice de Liberdade Econômica da **Heritage Foundation**, o principal termômetro do progresso (e dos retrocessos) da liberdade econômica ao redor do globo.

Fundada em 1973, a Heritage Foundation é uma instituição de pesquisa e educação - um think tank - cuja missão é formular e promover políticas públicas conservadoras baseadas nos princípios da livre iniciativa, do governo limitado, da liberdade individual, dos valores tradicionais americanos e de uma defesa nacional forte para os Estados Unidos. Já o Instituto Monte Castelo é um centro independente de pesquisa em políticas e legislação, pautado pela defesa da vida, da liberdade e da responsabilidade. O Instituto Monte Castelo foi fundado em 2017 em Brasília.

Esta publicação, que traz uma versão resumida do relatório original do Índice de Liberdade Econômica, apresenta as principais conclusões do *Índice*, a lista completa com a nota dos países e o capítulo dedicado ao Brasil. É um material valioso para economistas, elaboradores de políticas públicas, estudantes e o público em geral.

A premissa do *Índice*, sustentada pelos exemplos práticos, é que a liberdade econômica é inseparável do progresso econômico porque permite a troca de bens e serviços de uma forma eficiente e oferece os incentivos necessários à geração de riquezas e de emprego.

Os países aqui avaliados receberam uma nota de 0 a 100, em que 100 é total liberdade econômica. Os 12 critérios levados em conta vão além do tamanho da carga tributária e incluem a transparência governamental.

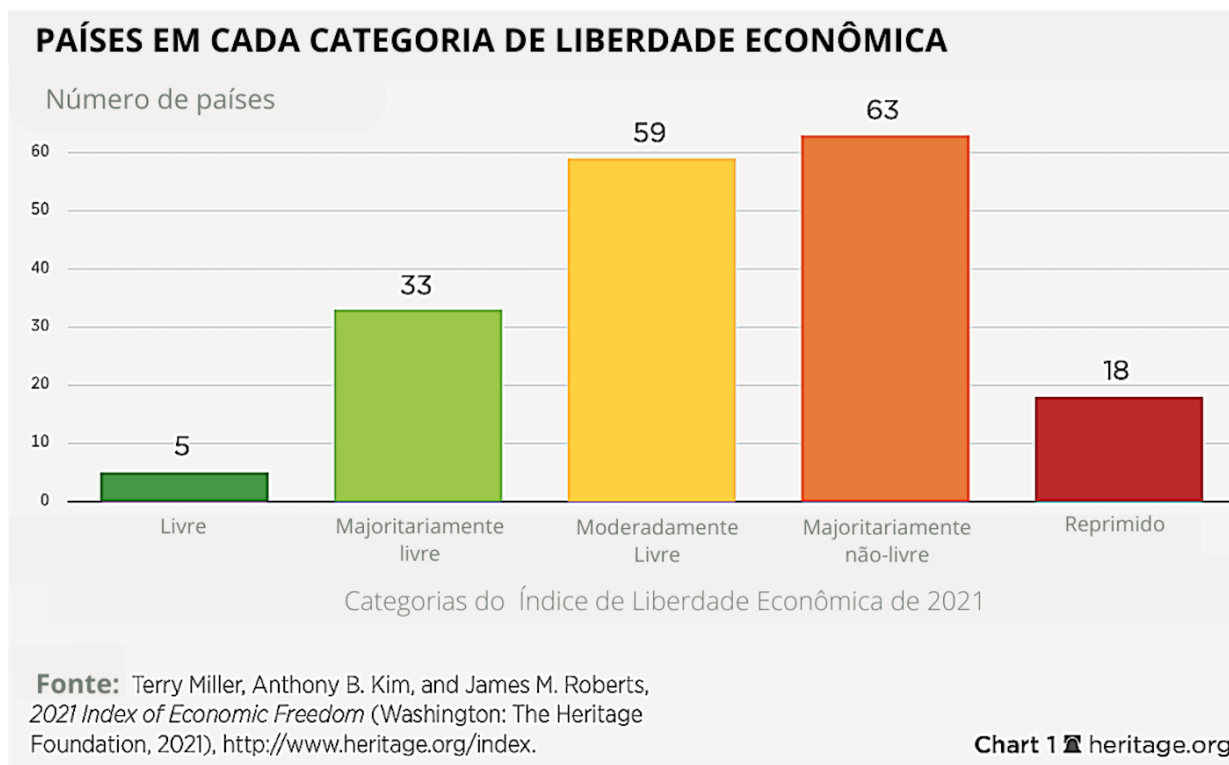
Os países são classificados em cinco categorias, de acordo com a pontuação:

- Livres**: 80 a 100;
- Majoritariamente livres**: 70-79,9;
- Moderadamente livres**: 60-69,9;
- Majoritariamente não-livres**: 50-59,9;
- Reprimidos**: abaixo de 50.

Na edição de 2021, a pontuação do Brasil retrocedeu em 0,3 ponto e ficou com uma nota de 54,3. Ao mesmo tempo, devido à piora na nota de outros países, o Brasil ganhou uma posição no ranking geral, alcançando a pouco honrosa 143ª colocação. Os números mostram que ainda temos um longo caminho a percorrer.

Boa leitura.

# PRINCIPAIS CONCLUSÕES DO ÍNDICE 2021



## UM AMBIENTE DESAFIADOR PARA A LIBERDADE ECONÔMICA

A epidemia de coronavírus atingiu o mundo justamente quando o nível de liberdade econômica estava crescendo rapidamente e mais países do que nunca estavam usufruindo de sua participação numa economia de mercado globalizada. As restrições de viagens e comércio que foram impostas em muitos países devido à pandemia atrasaram esse processo significativamente e, embora esta edição do Índice registre apenas os efeitos iniciais dessas restrições, elas são de uma magnitude que provavelmente afetará tanto a liberdade quanto o desempenho econômico por vários anos.

O cenário econômico global permanece desafiador por causa da pandemia ainda em curso e sua perdurável repercussão em muitos setores da economia. A situação continua precária, principalmente em muitos mercados emergentes e países em desenvolvimento. Tal como o Índice registrou, as nações que contêm níveis mais elevados de liberdade econômica tendem a ser mais resilientes porque aproveitam plenamente a capacidade do sistema de livre mercado e não apenas geram crescimento econômico, mas também o reforçam por meio de eficiente alocação de recursos, criação de valor e inovação.

Lamentavelmente, algumas das medidas políticas que os países adotaram em resposta à crise global de saúde, ameaçam prejudicar a

liberdade econômica e, conseqüentemente, a prosperidade e o crescimento econômico a longo prazo. Os políticos não conseguirão facilmente pegar o caminho de volta à prosperidade após o enorme prejuízo que as restrições trouxeram para as economias locais. Para uma recuperação econômica mais substancial, a liberdade econômica não deve ser reduzida pelo imenso poder de intervenção dos governos.

## A ECONOMIA GLOBAL PERMANECE “MODERADAMENTE” LIVRE

O Índice de 2021, que avaliou as políticas e condições econômicas em 184 países soberanos de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020, revela que, de modo geral, a economia mundial continua sendo “moderadamente livre”.

Possivelmente um reflexo do ambiente político complicado e turbulento nos estágios iniciais da pandemia, a média de liberdade econômica global permaneceu inalterada durante esse mesmo período em relação ao ano anterior, e ficou em 61,6 pelo segundo ano consecutivo. Isso representa uma melhora de quatro pontos desde o primeiro Índice em 1995, e é a pontuação média mais alta na história do Índice. De acordo com o Índice:

- A qualidade de vida mensurada pela renda per capita é muito mais alta em países economicamente mais livres. Os países que foram classificados como “livres” ou “majoritariamente livres” no Índice de 2021 geram rendas que são mais do que o dobro dos níveis médios em outros países e mais do que seis vezes superior às rendas das pessoas que vivem em países classificados como “reprimidos”.
- Houve aumento na liberdade econômica em 89 dos 178 países avaliados no Índice de 2021. As pontuações diminuíram em 80 países e nove mantiveram-se inalteradas.

- Cinco países (Singapura, Nova Zelândia, Austrália, Suíça e Irlanda) obtiveram pontuações muito altas de liberdade econômica, de 80 ou mais, colocando-os nas classificações dos economicamente “livres”.
- Trinta e três países foram classificados como “majoritariamente livres” ao registrar pontuações de 70,0 a 79,9, e outros 59 países foram considerados ao menos “moderadamente livres” com pontuações de 60,0 a 69,9. Deste modo, um total de 97 países, ou 54% de todas as nações no Índice de 2021, têm ambientes institucionais nos quais indivíduos e empresas privadas se beneficiam de pelo menos um grau moderado de liberdade econômica na busca de maior desenvolvimento econômico e prosperidade.
- No lado oposto do espectro, 46% dos países avaliados no Índice de 2021 (81 países) registraram pontuações de liberdade econômica abaixo de 60. Destes, 63 países são considerados “majoritariamente não-livres”, com pontuações de 50,0 a 59,9. Esses países podem ter algumas características do sistema de mercado, mas falham consideravelmente em áreas relacionadas ao estado de direito e à abertura de seus mercados. Grandes economias como China, Índia, **Brasil** e Argentina entram neste grupo.
- Há uma evidente relação entre a melhora da liberdade econômica e a obtenção de um maior crescimento econômico per capita. Não importa qual seja o nível atual de desenvolvimento, os países podem aumentar seu crescimento econômico de forma considerável, se implementarem medidas para aumentar a liberdade econômica por meio de políticas que reduzam impostos, racionalizem o ambiente regulatório, abram a economia para maior competição e lutem contra a corrupção.
- As taxas de pobreza são muito mais baixas em países com níveis mais elevados de liberdade econômica.

- A liberdade econômica está altamente vinculada ao bem-estar geral, valendo-se de fatores como saúde, educação, meio ambiente, inovação, progresso social e governança democrática.

## O QUE MUDOU?

O Índice mede a liberdade econômica tão somente em países independentes onde os governos exercem o controle soberano das políticas econômicas. Por isso, Hong Kong e Macau deixaram de ser incluídos no Índice.

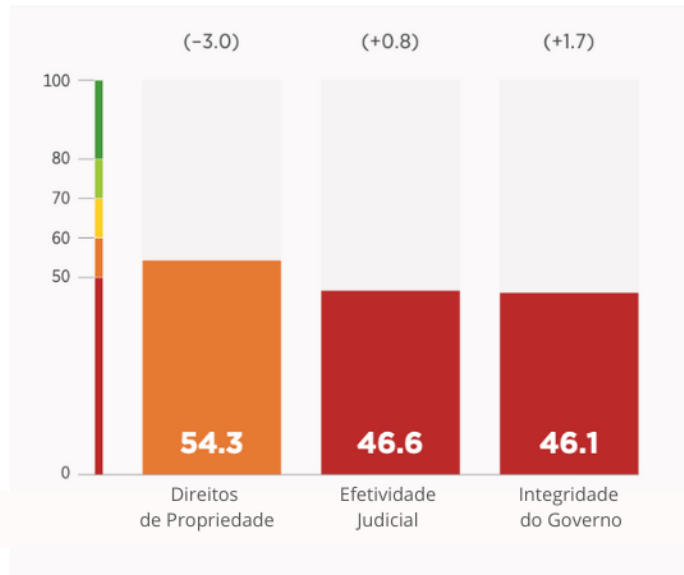
Evidentemente, Hong Kong e Macau, por serem “Regiões Administrativas Especiais”, desfrutam de políticas econômicas que em muitos aspectos oferecem mais liberdade econômica aos seus cidadãos do que a concedida ao cidadão comum da China, mas os desdobramentos dos últimos anos demonstraram claramente que, em última instância, essas políticas são controladas por Pequim. Se acontecerem mudanças relativas à liberdade econômica em Hong Kong e Macau, estas serão consideradas parte do contexto de avaliação da China no Índice.

Houve uma mudança significativa na fonte de dados para a maioria das avaliações de liberdade comercial dos países. Agora o Índice se baseia sobretudo nos Perfis Tarifários Mundiais publicados anualmente pela Organização Mundial do Comércio que, a fim de refletir as informações mais confiáveis e consistentes, apresentam a média mundial das tarifas aplicadas pelos países.

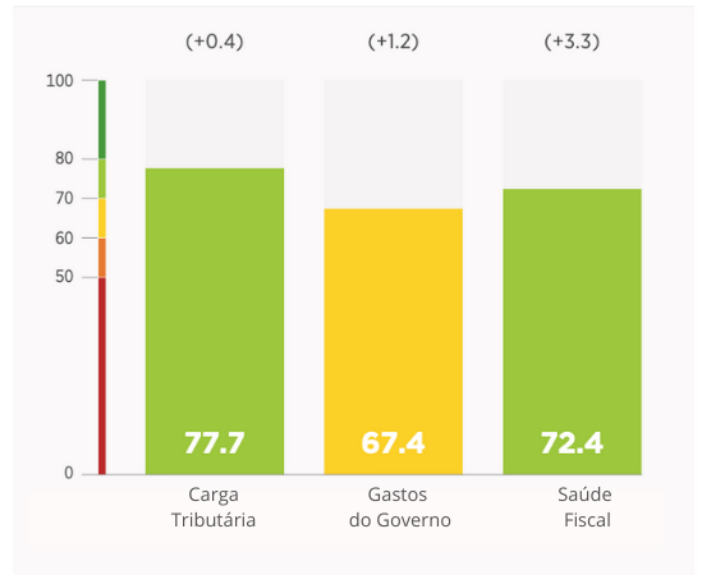
Além disso, dado o grande impacto do COVID-19 na economia global, o Índice inclui na página de cada país um pequeno parágrafo relatando o número de mortes causadas pelo coronavírus até 1º de dezembro de 2020, e a expectativa econômica após a crise de saúde pública e as várias medidas que os governos têm tomado para combatê-la, conforme estimado pelo Fundo Monetário Internacional.

# MÉDIAS GLOBAIS

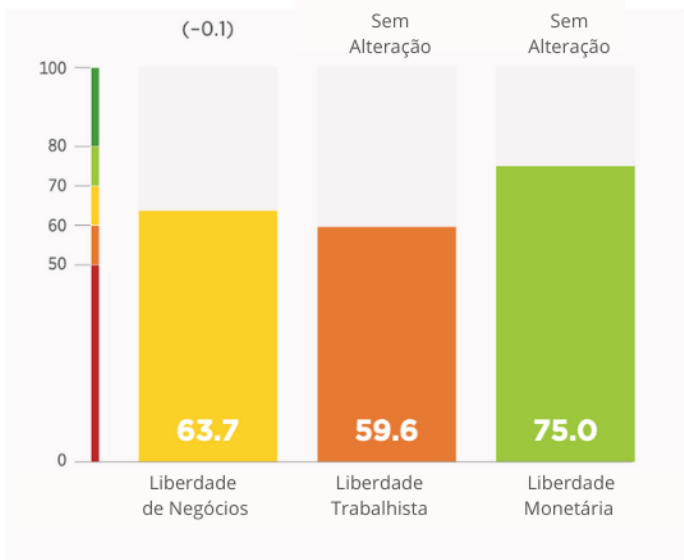
## ESTADO DE DIREITO



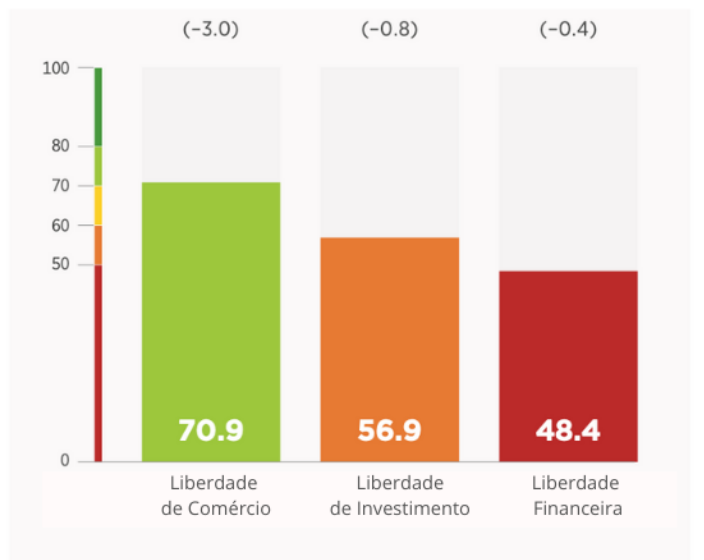
## TAMANHO DO GOVERNO



## EFICIÊNCIA REGULATÓRIA



## MERCADOS ABERTOS



## **ESTADO DE DIREITO**

Vários governos alcançaram progresso na melhoria da eficácia judicial, aumentando a independência institucional e a prestação de contas. As pontuações médias globais para direitos de propriedade diminuíram, refletindo assim os problemas recorrentes em grande parte do mundo na proteção da propriedade privada. A integridade do governo melhorou globalmente no Índice de 2021, mas as médias baixas para os três indicadores do Estado de Direito espelham o problema de corrupção sistêmica nas instituições governamentais em muitos países que praticam suborno, nepotismo e corrupção.

## **EFICIÊNCIA REGULATÓRIA**

Muitas economias simplificaram e modernizaram as estruturas de negócios e o ritmo geral das reformas nos países em desenvolvimento excedeu o ritmo nos países desenvolvidos. No entanto, nas pontuações globais do Índice, a liberdade comercial, a liberdade trabalhista e a liberdade monetária permaneceram praticamente inalteradas este ano, refletindo a falta geral de melhorias, em nível global, dos governos que gerenciam o processo decisório de negócios ou controlam preços para atingir metas com motivação política. As pontuações globais para liberdade trabalhista e liberdade monetária neste ano foram as mesmas do Índice 2020. A liberdade comercial caiu um décimo de um ponto.

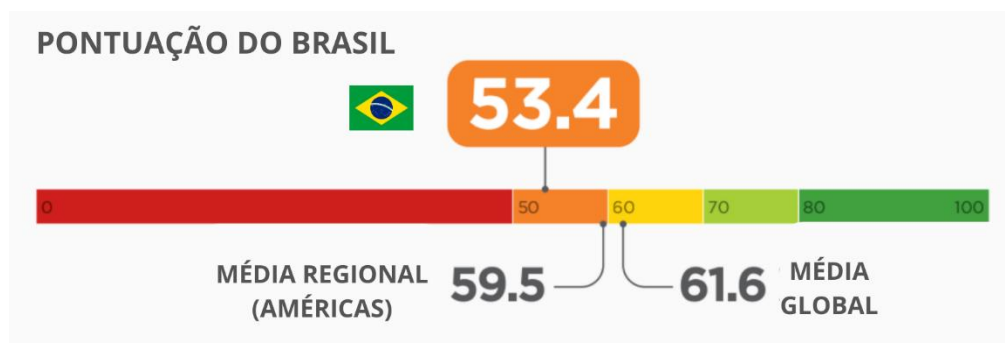
## **TAMANHO DO GOVERNO**

A média da alíquota de imposto de renda mais alta para pessoa física aumentou para 28,8% para todos os países do Índice de 2021, mas a alíquota máxima média para pessoa jurídica caiu para 23,5%. A carga tributária geral média, como porcentagem do PIB, caiu para 21,2%. O grau médio de gasto governamental caiu para 31,6% do PIB, mas o nível médio de endividamento público bruto dos países cobertos pelo índice aumentou para 59,2% do PIB.

## **MERCADOS ABERTOS**

A liberdade de comércio global sofreu um recuo significativo na medida em que a média mundial das tarifas aplicadas pelos países aumentou de 6,1% para 7,6%. No entanto, essa mudança deve ser interpretada com cautela, dada a mudança na fonte de dados para este indicador. A liberdade de investimento também diminuiu e, em muitos países, as medidas relacionadas à política de investimento continuam direcionadas à promoção de investimentos setoriais em vez de uma abertura geral de mercado. A pontuação global para a liberdade financeira também caiu, refletindo o maior envolvimento do governo neste setor em vários países.

# BRASIL



## PANORAMA

A pontuação da liberdade econômica do Brasil é 53,4, fazendo sua economia a 143ª mais livre no Índice de 2021. Sua nota caiu 0,3 ponto, principalmente por causa de uma piora na liberdade de comércio exterior. O Brasil está em 24º lugar entre 32 países na região das Américas, e sua pontuação geral está abaixo das médias regional e mundial.

O Brasil perdeu alguns dos ganhos em sua liberdade econômica conquistados em 2020, retomando sua queda na categoria dos países majoritariamente não-livres. Além de controlar os déficits orçamentários que estão elevando a dívida e causaram uma das notas mais baixas no mundo na categoria de saúde fiscal, o governo precisa melhorar nas áreas da efetividade judicial e na

integridade governamental para retornar ao caminho de uma liberdade econômica maior.

## CONTEXTO

Em 2018, depois de um longo período de caos político provocado por escândalos massivos de corrupção e crises econômicas, os eleitores escolheram Jair Bolsonaro como presidente. Em geral, Bolsonaro tem buscado uma agenda de livre mercado, incluindo uma modificação no sistema de previdência e a privatização de propriedades do governo. Contudo, seu relacionamento conflituoso com muitos partidos no Congresso pode atrasar a implementação de suas propostas para reformar o complexo sistema tributário do Brasil, que é também um dos mais pesados dentre

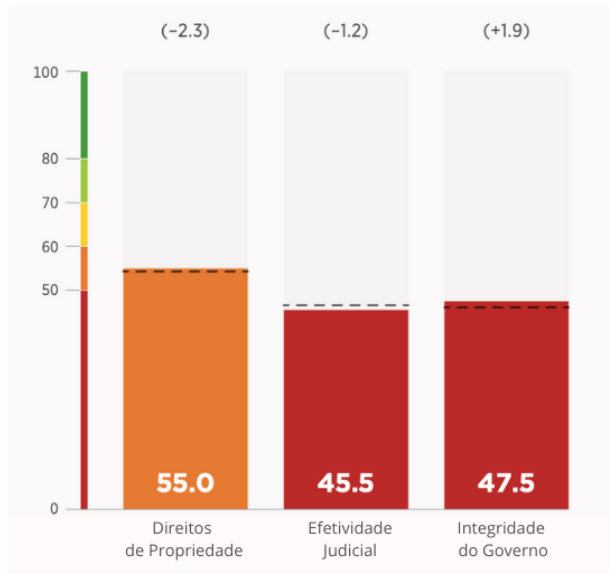
as economias emergentes, consumindo cerca de 33% do produto interno bruto.



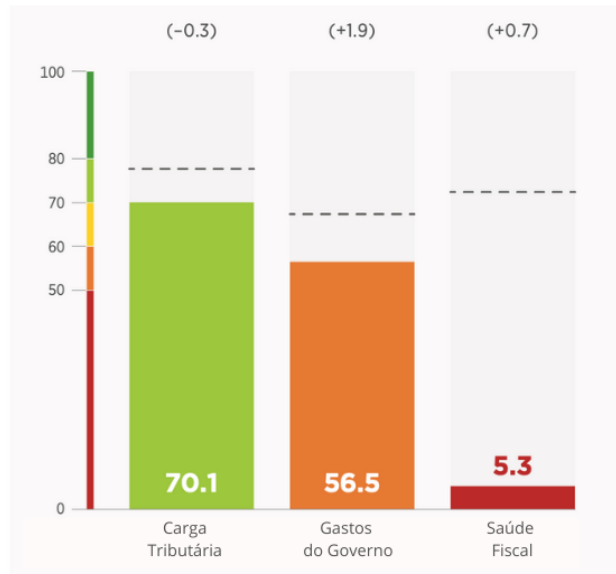


# PONTUAÇÕES - BRASIL

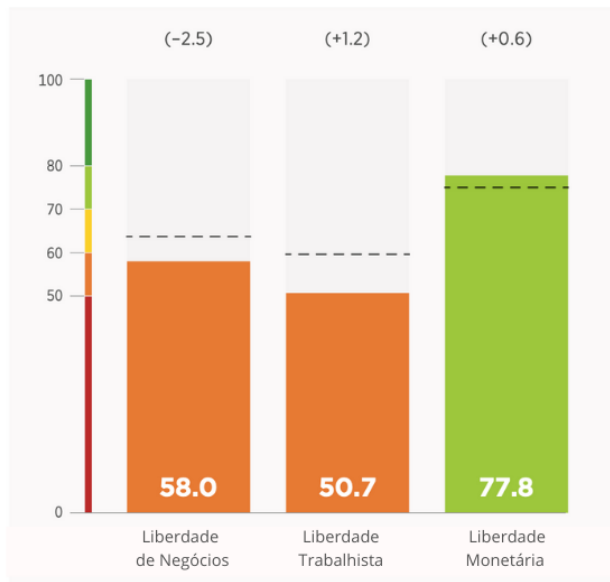
## ESTADO DE DIREITO



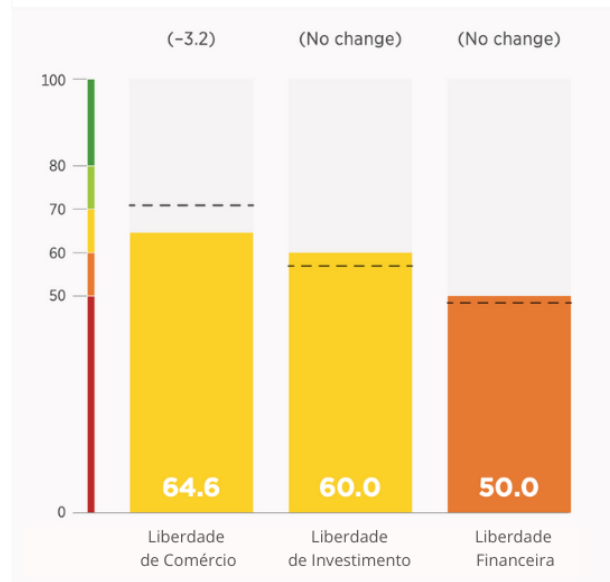
## TAMANHO DO GOVERNO



## EFICIÊNCIA REGULATÓRIA



## MERCADOS ABERTOS



## **ESTADO DE DIREITO**

Como regra, os direitos de propriedade são aplicados, mas o sistema de obtenção de financiamentos é desigual. O judiciário, apesar de independente de forma geral, é sobrecarregado, ineficiente e com frequência sujeito a intimidação e outras influências externas, especialmente em áreas rurais. Uma Suprema Corte politizada tem iniciado numerosas investigações baseadas em acusações de malfeitos por parte do governo Bolsonaro. A corrupção e o pagamento de propinas continuam endêmicos, especialmente entre ocupantes de cargos eletivos.

## **TAMANHO DO GOVERNO**

A alíquota mais alta de imposto de renda é 27,5%, e a taxa de imposto corporativo mais alta é 34%. Outros impostos incluem tributos sobre o valor agregado e sobre o consumo. A carga tributária total é de 32,9% da renda interna total. O gasto governamental alcançou 38,1% da produção total (PIB) nos últimos três anos, e os déficits orçamentários tiveram uma média de 7% do PIB. A dívida pública equivale a 89,5% do PIB.

## **EFICIÊNCIA REGULATÓRIA**

Obter energia elétrica se tornou mais caro e complicado. Conseguir uma ligação de fornecimento de energia também passou a levar mais tempo. O custo para obter as licenças de construção aumentou. A reforma das onerosas leis trabalhistas do Brasil é um dos objetivos do governo Bolsonaro. O governo promove subsídios massivos para a produção de açúcar e de outros produtos agrícolas, além de subsídios para centenas de empresas estatais.

## **MERCADOS ABERTOS**

O Brasil tem nove acordos comerciais preferenciais em vigor. A tarifa média ponderada é de 10,2%, e 643 medidas de isenção tarifária estão em efeito. Imposições burocráticas limitam o investimento estrangeiro. O setor financeiro é competitivo, mas a intervenção do governo permanece considerável, e as contas em bancos públicos respondem por mais de 50% dos empréstimos para o setor privado. O Banco Central tem interferido no mercado de câmbio desde fevereiro de 2020.

# RANKING COMPLETO

	PAÍS	Nota
1	Singapura	89.7
2	Nova Zelândia	83.9
3	Austrália	82.4
4	Suíça	81.9
5	Irlanda	81.4
6	Taiwan	78.6
7	Reino Unido	78.4
8	Estônia	78.2
9	Canadá	77.9
10	Dinamarca	77.8
11	Islândia	77.4
12	Geórgia	77.2
13	Ilhas Maurício	77.0
14	Emirados Árabes Unidos	76.9
15	Lituânia	76.9
16	Holanda	76.8
17	Finlândia	76.1
18	Luxemburgo	76.0
19	Chile	75.2
20	Estados Unidos	74.8
21	Suécia	74.7
22	Malásia	74.4
23	Japão	74.1
24	Coréia do Sul	74.0
25	Áustria	73.9
26	Israel	73.8
27	República tcheca	73.8
28	Noruega	73.4

29	Alemanha	72.5
30	Letônia	72.3
31	Catar	72.0
32	Armênia	71.9
33	Chipre	71.4
34	Cazaquistão	71.1
35	Bulgária	70.4
36	Malta	70.2
37	Bélgica	70.1
38	Azerbaijão	70.1
39	Espanha	69.9
40	Bahrein	69.9
41	Polônia	69.7
42	Tailândia	69.7
43	Romênia	69.5
44	Uruguai	69.3
45	Jamaica	69.0
46	Macedônia do Norte	68.6
47	Ruanda	68.3
48	Eslovênia	68.3
49	Colômbia	68.1
50	Peru	67.7
51	Botsuana	67.6
52	Portugal	67.5
53	Santa Lúcia	67.5
54	Sérvia	67.2
55	Hungria	67.2
56	Indonésia	66.9
57	Brunei	66.6
58	Kosovo	66.5
59	São Vicente e Granadinas	66.3
60	Seychelles	66.3
61	Eslováquia	66.3
62	Panamá	66.2
63	Arábia Saudita	66.0

64	França	65.7
65	México	65.5
66	Albânia	65.2
67	Barbados	65.0
68	Itália	64.9
69	Jordânia	64.6
70	Bahamas	64.6
71	Omã	64.6
72	Costa Rica	64.2
73	Filipinas	64.1
74	Kuwait	64.1
75	Guatemala	64.0
76	Turquia	64.0
77	Cabo Verde	63.8
78	Quirguistão	63.7
79	Croácia	63.6
80	Montenegro	63.4
81	Marrocos	63.3
82	Bósnia e Herzegovina	62.9
83	Namíbia	62.6
84	Paraguai	62.6
85	Moldávia	62.5
86	Mongólia	62.4
87	Fiji	62.2
88	República Dominicana	62.1
89	Samoa	61.9
90	Vietnã	61.7
91	Costa do Marfim	61.7
92	Rússia	61.5
93	Tanzânia	61.3
94	El Salvador	61.0
95	Bielorrússia	61.0
96	Grécia	60.9
97	Vanuatu	60.5
98	Honduras	59.8
99	África do Sul	59.7

100	Benim	59.6
101	Gana	59.2
102	Trindade e Tobago	59.0
103	Papua Nova Guiné	58.9
104	Gâmbia	58.8
105	Nigéria	58.7
106	Uganda	58.6
107	China	58.4
108	Uzbequistão	58.3
109	Butão	58.3
110	Gabão	58.1
111	Senegal	58.0
112	Madagascar	57.7
113	Togo	57.5
114	Belize	57.5
115	Togo	57.5
116	Guiana	57.4
117	Níger	57.3
118	Camboja	57.3
119	Tunísia	56.6
120	Bangladesh	56.5
121	Índia	56.5
122	Ilhas Salomão	56.5
123	Guiné	56.5
124	Burquina Faso	56.5
125	Nicarágua	56.3
126	Djibuti	56.2
127	Ucrânia	56.2
128	Mauritânia	56.1
129	São Tomé e Príncipe	55.9
130	Egito	55.7
131	Sri Lanka	55.7
132	Comores	55.7
133	Mali	55.6
134	Tajiquistão	55.2
135	Myanmar	55.2

136	Maldivas	55.2
137	Essuatíni	55.1
138	Quênia	54.9
139	Guiné Bissau	54.9
140	Angola	54.2
141	Laos	53.9
142	Lesoto	53.5
143	<b>Brasil</b>	53.4
144	Camarões	53.4
145	Malawi	53.0
146	Afeganistão	53.0
147	Dominica	53.0
148	Argentina	52.7
149	Equador	52.4
150	Serra Leoa	51.7
151	Etiópia	51.7
152	Paquistão	51.7
153	Moçambique	51.6
154	Líbano	51.4
155	Haiti	50.8
156	República do Congo	50.7
157	Nepal	50.7
158	Chade	50.4
159	Zâmbia	50.4
160	Micronésia	50.4
161	Burundi	49.9
162	Argélia	49.7
163	Guiné Equatorial	49.2
164	Libéria	49.2
165	República Democrática do Congo	49.0
166	República Centro Africana	48.8
167	Turcomenistão	47.4
168	Irã	47.2
169	Suriname	46.4
170	Timor-Leste	44.7
171	Kiribati	44.4

172	Bolívia	42.7
173	Eritreia	42.3
174	Zimbabwe	39.5
175	Sudão	39.1
176	Cuba	28.1
177	Venezuela	24.7
178	Coréia do Norte	5.2
179	Iraque	N/A
180	Líbia	N/A
181	Liechtenstein	N/A
182	Somália	N/A
183	Síria	N/A
184	Iêmen	N/A